

A questão social no Maranhão na Primeira República: um "caso de polícia"

A conjuntura social vivenciada no Maranhão, no decorrer da primeira República não é diferente dos demais estados da federação. É autêntica herdeira de um país que apresentava os mesmos problemas crônicos da época imperial: predomínio do modelo agro exportador, poder exercido por coronéis, corrupção, política de favores, uso da máquina pública, exclusão das classes subalternas e poder concentrado nas mãos de uma minoria, além da ausência do Estado no que tange às questões sociais. Nesse aspecto, o Maranhão, na primeira República apresentava fragilidades na sua estrutura econômica, notadamente na agro exportação. O açúcar e o algodão, produtos de grande expressão no império, não ocupavam o mesmo espaço no conjunto da economia do Estado na primeira República. Mesmo as fábricas já não possuíam a mesma pujança do final do império, porém empregavam parte da mão-de-obra disponível da periferia urbana. São Luís tinha uma variedade de fábricas na época, mas o destaque era a fábrica têxtil do Anil que chegou a empregar seiscentos operários. Mas a indústria têxtil não tinha capacidade de absorver o grande número de trabalhadores urbanos disponíveis nas periferias das cidades. Esse operariado urbano estava em formação, possuía uma organização tênue e agrupava-se em corporações e sindicatos. Abaixo vê-se o quadro da distribuição ocupacional

Setor	Participação absoluta	Participação relativa
Primário: Agricultura+pecuária	3.111	15,4
Secundário: Indústria têxtil	514	2,5
Vestuário e toucador	3.253	16,00
Construção civil	1.178	5,8
Outros	1.460	7,2
Terciário: transportes (marítimo, fluvial e aéreo)	1.667	8,2
Comércio propriamente dito	2.462	12,1
Administração pública	928	4,6
Outros	2.167	10,7
Serviços domésticos	3.532	17,6
Total	20.272	100,00

O crescimento industrial possibilitou o surgimento de um aglomerado urbano, que vivia em condições precárias, miseráveis mesmo, pois as condições de trabalho nas fábricas eram péssimas. Geralmente as fábricas eram lugares fechados sem ventilação, com excesso de trabalhadores explorados praticando longas jornadas de trabalho, em condições insalubres, recebendo salários baixos, alimentação carente, residindo em condições incompatíveis com a dignidade humana.

A ausência do Estado na promoção de políticas públicas, aliada às péssimas condições vividas pelo trabalhador, possibilitaram a expansão de doenças e epidemias provenientes das péssimas condições sanitárias da capital e de cidades do interior. Vários bairros foram atingidos por surtos e epidemias, a saber: a peste bubônica em 1903, 1908 e 1921; surto de varíola em 1908 e a gripe espanhola em 1919; esta última alcançou grandes proporções, atingindo principalmente, as camadas mais pobres da população: muito embora esta camada social tenha sido atingida muito mais pela tuberculose e o impaludismo. A historiadora Maria da Conceição Pinheiro de Almeida, analisa o impacto da tuberculose na capital:

Em São Luís, a partir do final do século XIX, a tuberculose ganhou o Rótulo de o “mal das fábricas”. Para os operários e operárias das fábricas de São Luís, mal alimentados, sujeitos a uma jornada de trabalho estafante, vítimas dos resíduos do processamento dos fios de algodão e confinados em espaços pequenos, quentes e abafados, a tuberculose constituiu-se em uma ameaça constante. Para agravar a situação dos doentes de tuberculose, a deficiência dos serviços médicos atrasava o diagnóstico da doença, o que dificultava a cura e facilitava o contágio dos companheiros e companheiras de trabalho. (ALMEIDA, 2004, p. 242).

O impaludismo foi também uma constante ameaça aos maranhenses pobres, devido à precariedade na oferta de água tratada, ausência de coleta de lixo e de esgoto canalizado. Nesse contexto, nota-se que não há a preocupação com as classes subalternas no combate às doenças, pois o poder público visava proteger a elite: daí a existência de uma legislação que discriminava os pobres moradores em cortiços ou casas de barro e palha, além de afastá-los dos centros urbanos, para habitarem na periferia das cidades. Por essa época, os centros urbanos eram bem reduzido e predominava um Maranhão rural. As maiores cidades eram São Luís, Caxias, Pedreiras, Barra do Corda e Codó. São Luís, por exemplo cresce e se espalha entre o final do século XIX e início do XX, a partir do “caminho grande”. Surgiram novos bairros como Canto da Fabril, Areal, Apeadouro, João Paulo, Cavaco, Jordoá. Bairros que estavam na periferia do centro da cidade e principais fornecedores de mão-de-obra barata para a indústria têxtil e setor de serviços, além de acolherem uma grande população que se deslocava do meio rural para a cidade. Tinham esses bairros, pouquíssima estrutura e eram geralmente circundados pelos rios Anil e das Bicas. Além da precariedade das habitações, não havia praticamente saneamento e o serviço de limpeza pública era bastante precário nos bairros. Muitas dessas áreas foram ocupadas pela população de baixa renda, oriunda do interior do estado. Há de se ressaltar a existência de conflitos sociais nos setores

urbanos das cidades, principalmente os vinculados ao operariado emergente. A negação de direitos pelo Estado na contramão das reivindicações proletárias propiciaram a eclosão de greves e insatisfações, marcas indelévels de um país em crescente urbanização.

Os problemas sociais não atingiram só os centros urbanos, também foram projetados também no setor rural, onde vivia grande parte da população brasileira, cercada de coronéis, despartada das políticas públicas. Referida população sobrevivia em péssimas condições sociais sendo excluída ou reprimida pelos aparatos policiais.

No Brasil, são típicos exemplos de movimentos sociais que eclodiram na primeira República: as revoltas de Canudos, Contestado e Juazeiro. Também o Maranhão, nesse período, foi palco de insatisfações e tensões sociais no meio rural. Logo, no alvorecer da República, irrompeu um grave conflito no sertão, mais precisamente na cidade de Barra do Corda, envolvendo colonos, religiosos e indígenas. Trata-se do “massacre de Alto Alegre”, como ficou conhecido o conflito em que índios Guajajaras revoltados com o avanço da colonização, do contato com o branco através da catequese e ainda, com a ocupação de suas terras, massacraram padres, freiras e transeuntes que participavam de uma celebração em Alto Alegre distrito de Barra do Corda no ano de 1901. As origens desse conflito vinculam-se à forma de ocupação da região ao longo do século XIX. Com a expansão da pecuária, brancos e mestiços conquistaram a região da Chapada expulsando os índios de suas terras para criar gado ou cultivar lavoura. Outro fato que impulsionou a revolta dos índios foi o trabalho catequético dos frades Capuchinhos que fundaram na localidade uma igreja e uma colégio. A educação religiosa do branco entrou em choque com a cultura ameríndia, pois as imposições educacionais e religiosas destoavam dos costumes dos indígenas, envolvendo uma espécie de etnocentrismo. Mas o epicentro do conflito foi o internato de crianças indígenas, os **curumins**, na escolas dos padres capuchinhos. Muitas vezes as crianças eram capturadas à força, como comprova o testemunho do Frei Celso Uboldo: “nas incursões realizadas ultimamente obtive 42 meninos: 6 dos quais fugiram, dois foram para o céu, e os demais aprenderam no instituto de uma maneira admirável. (...)”. (<http://josepedroaraujo.blogspot.com.br/2015/03/o-massacre-do-alto-alegre.html>).

O resultado foi um massacre dos dois lados. A morte de cerca de 200 brancos envolvendo padres, freiras e comunidade. A resposta do Estado foi o massacre de aproximadamente 500 índios só no ano de 1901. As notícias do massacre se espalharam pelo mundo. Os índios passaram a ser vistos como bárbaros, selvagens e canibais. Na sede do município na praça central de Barra do Corda foi construído um monumento para os padres e freiras mortos no conflito, no entanto não há monumento, nem levantamento dos milhares de índios mortos no Maranhão. Outro conflito que atingiu grandes proporções no interior do Maranhão teve como palco os municípios de Codó.

Curador (Presidente Dutra) e Dom Pedro, foi o movimento articulado pelo camponês, Manoel Bernardino, “o Lênin” do Sertão. Este camponês, defensor de idéias socialistas, propugnava condições dignas para o sertanejo, além de defender a educação pública no campo, combateu a violência de coronéis locais e principalmente a ingerência do coletor que explorava a população, e este como resultado dos conflitos, fora expulso de Dom Pedro. Mas os ânimos se agravaram quando da eleição de 1921, pois a oposição compôs uma chapa com lideranças do interior e o político e oligarca Urbano Santos, percebendo a possibilidade de eleição dos adversários no pleito, resolveu mandar tropas para algumas cidades no afã de consolidar a vitória dos situacionistas. Bernardino que apoiava a oposição rebelou-se com um grupo de seguidores, e em ato contínuo, Urbano Santos enviou tropas para o sertão maranhense, atemorizando a população, sendo efetuadas prisões e até fuzilamentos de camponeses. Vejamos como Giniomar Ferreira de Almeida narra o acontecido:

Para conter a “revolta”, as tropas comandadas pelos tenentes Taurino e Dias chegaram a Codó no dia 30 de julho de 1921, seguindo no dia seguinte para a Matta. Consciente da importância de lutar contra as tropas do governo, Manoel Bernardino foi à cidade de Codó, cortando caminho por dentro de fazendas, lavouras e caminhos alternativos para não se encontrar com as tropas, acompanhado de três amigos. (...) No dia 5 de agosto de 1921, entre meio dia e treze horas, os militares chegaram à Matta, conforme o Tenente Antonio Henrique Dias, “sem haver um só tiro”, visto não haver revolta, encontrando poucas pessoas, velhos e algumas crianças, começaram as prisões e os “interrogatórios” para descobrir o paradeiro de Manoel Bernardino e de seus “capangas”, sendo logo informados que Bernardino se evadira em direção a Codó. Às prisões e torturas, seguiram os fuzilamentos, sob ordens do tenente Antonio Henrique Dias. (ALMEIDA, 2011, p. 152-153).

Mesmo com a repressão, Bernardino continuou atuando no sertão, agora na clandestinidade e aderiu ao movimento da coluna prestes quando esta veio ao Maranhão.

Outro conflito que abalou o ainda sertão, mais precisamente a região de Grajaú, foi a Guerra dos Ledas: tensão social envolvendo famílias com disputas políticas, cujo alvo era o poder local em torno de liberais, republicanos e conservadores.

Diante desse quadro de exclusão, em que a questão social, segundo o próprio presidente Washington Luís, é um caso de polícia, assiste-se a um clima de tensões sociais e revoltas envolvendo sobretudo as classes subalternas que reivindicavam mudanças, denunciavam a violência, a

fraude e contestavam a ordem estabelecida. Os historiadores Antonio Paulo Rezende e Maria Thereza Didier, assim registraram este momento:

O Brasil se modificava, e aqueles que percebiam as trilhas dessa mudança faziam reivindicações, exprimiam suas idéias, alertavam para o fato de que a questão social não é só uma questão da polícia. As agitações dessa década são resultado de inúmeras insatisfações. Resta saber que caminhos foram seguidos, pois a História, como falamos, não é feita apenas pelas vontades dos dominantes, mas também pela luta dos que contestam a ordem existente e propõem mudanças. (REZENDE e DIDIER, 2005, p. 495).

Como se pode perceber, os livros de história não registram conflitos no Maranhão no decorrer da República Velha em suas páginas, desconhecendo ou omitindo a exclusão, a corrupção, a violência que grassava no Estado.

A conflitante década de 1920 e a “revolução” de 1930 no Maranhão: golpes e contragolpes

A década de 1920 é uma das mais conflitantes da história brasileira. Além dos embates sociais no campo e na cidade, os quartéis se rebelavam, a intelectualidade se manifestou e as oposições se movimentavam. Um partido de esquerda surge no país. Era o PCB. No âmbito cultural, a Semana de Arte Moderna, abalava os padrões arcaicos e importados, revolucionando a cultura brasileira. Soma-se a isso, as dissensões políticas existentes no interior do acordo do café-com-leite. Este macro cenário influencia os acontecimentos no Maranhão. No Estado, o clima é de grande tensão na época, fazendo com que, camponeses se rebelam sob o comando de Manoel Bernardino, o “Lênin do sertão”. Eles denunciam a exclusão e a pobreza, que já àquela época, atingiam o campesinato maranhense, além da truculência policial e manipulação do poder estadual. Urbano Santos em 1921, por meio de corrupção, excluiu da eleição o candidato oposicionista Herculano Parga. Foi também no seu governo que as Câmaras perderam os poderes na comissão de alistamento em detrimento dos magistrados. Outra manobra foi deflagrada através do controle da apuração dos votos pela magistratura, controlada pela oligarquia. Assim, a vitória da situação estava sempre garantida. Ressalte-se que no âmbito político, dois grupos disputavam o poder na década de 1920, após a morte do oligarca Urbano Santos: os “magalhanistas”, capitaneados por Magalhães de Almeida e os “marcelinistas” que tinham como líder Marcelino Machado. O primeiro, genro do próprio Urbano Santos e o segundo era genro de Benedito Leite. Ambos disputavam os despojos da política maranhense, apesar da

existência de dissidências políticas com o discurso de moralização político-eleitoral. Também disputavam parcelas de poder, o governador Godofredo Viana e o desembargador aposentado Francisco da Cunha Machado. Outros atores políticos em destaque eram Costa Rodrigues e o oposicionista Tarquínio Lopes Filho, que tinha o apoio dos parguistas, grupo capitaneado por Herculano Parga.



Palácio dos Leões, local onde ocorreram as barricadas de 1922 em São Luís. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Pal%C3%A1cio_dos_Le%C3%B5es

Dentre os movimentos que mais combateram as instituições arcaicas da República Velha e se contextualiza também a crise nos estados, está a Coluna Prestes que colaborou decisivamente para o colapso da primeira República e consequentemente a ascensão de Vargas ao poder. A Coluna foi a expressão da insatisfação da baixa oficialidade do exército, sob a liderança do capitão Luís Carlos Prestes, “o cavaleiro da esperança”.

A Coluna percorreu vários estados do Brasil, cerca de 23 mil quilômetros exigindo reformas. Chegou ao Maranhão em 1925 percorrendo várias cidades, como Barra do Corda, Grajaú, Mirador, Codó, Barão de Grajaú. Por onde passava era aclamada pelo povo, além de galvanizar grandes adesões. No Maranhão, a Coluna Prestes obteve uma das maiores adesões da sua história. Comandados por Manoel Bernardino, centenas de camponeses do sertão acompanharam Prestes, fato inédito na época. A vinda do Capitão Luís Carlos Prestes ao Maranhão, serviu para acirrar os ânimos no Estado. O governo Urbano Santos, deslocou tropas para combater a Coluna entre o Maranhão e o Piauí, o que forçou os rebeldes a ocupar as cidades de Barão de Grajaú e Florianópolis. Sobre a presença da Coluna Prestes no Maranhão, Moreira Lima é incisivo:

No Maranhão, próximo à vila de Mirador, juntou-se a coluna uma tropa irregular trazida por dois chefes locais, o líder camponês Manoel Bernardino levantara cerca de 200 homens. Euclides Neiva, pouco mais de 50. Balanço feito naquele estado dava conta do movimento efetivo: entramos no Maranhão com cerca de 900 homens. Por onde passava a coluna, havia novas adesões. (LIMA, 1990, p.07).

Portanto, a Coluna Prestes fortaleceu o sentimento contrário à República Velha, além de mobilizar o sertão maranhense. Movimentou o Estado, se deslocou em direção ao centro-sul e por onde passava a Coluna denunciava as mazelas da República Velha e desafiava coronéis e oligarcas locais que logo combatiam a Coluna, levando o terror às cidades.